



INSTITUTO FEDERAL
Rondônia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

JÚLIO DA SILVA DE MORAIS
RAFAEL CRUZ DA SILVA

**RECURSOS FINANCEIROS ESCOLARES: A IMPORTÂNCIA DO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA COMO POLÍTICA
PÚBLICA**

ITAPORANGA - PB

2024

JÚLIO DA SILVA DE MORAIS
RAFAEL CRUZ DA SILVA

**RECURSOS FINANCEIROS ESCOLARES: A IMPORTÂNCIA DO
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA COMO POLÍTICA
PÚBLICA**

Trabalho de conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Curso de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – *Campus* Porto Velho Zona Norte para obtenção do título de Tecnólogo(a) em Gestão Pública

Orientadora(a): Silvia Teixeira de Pinho. Doutora em Educação Física, Universidade de São Paulo. (2024)



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO,
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Morais, Júlio da Silva de.

Recursos financeiros escolares: a importância do programa
dinheiro direto na escola como política pública / Júlio da Silva de
Morais, Rafael Cruz da Silva, Itaporanga-PB, 2024.
21 f.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Sílvia Teixeira de Pinho.

Trabalho de Conclusão de Curso (Superior de Tecnologia em
Gestão Pública EAD) – Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO, Itaporanga-PB, 2024.

1. Política pública. 2. Recursos financeiros. 3. Gestão financeira.
4. Educação. 5. Descentralização. I. Silva, Rafael Cruz da. II. Pinho,
Sílvia Teixeira de (orient.). III. Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia - IFRO. IV. Título.



RECURSOS FINANCEIROS ESCOLARES: A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA COMO POLÍTICA PÚBLICA

SCHOOL FINANCIAL RESOURCES: THE IMPORTANCE OF THE DIRECT MONEY AT SCHOOL PROGRAM AS A PUBLIC POLICY

RECURSOS FINANCIEROS ESCOLARES: LA IMPORTANCIA DEL PROGRAMA DE DINERO DIRECTO EM LA ESCUELA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Júlio da Silva de Morais¹
Rafael Cruz da Silva²
Sílvia Teixeira de Pinho³

DOI: 10.54751/revistafoco.v17n4-127

Received: March 22nd, 2024

Accepted: April 12th, 2024



RESUMO

Este artigo aborda a importância de prioridades e planejamento na gestão dos recursos financeiros da escola, com o objetivo de maximizar seu impacto e beneficiar o processo educativo. Com isso, tem como objetivo principal investigar a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política pública de recursos financeiros escolares, analisando seus impactos na infraestrutura, no acesso aos materiais didáticos, na inclusão e igualdade de oportunidades educacionais, bem como na gestão financeira e autonomia das instituições de ensino. Para isso, adotou-se uma metodologia de revisão bibliográfica, que consiste em uma análise crítica e sistemática de fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e relatórios governamentais relevantes ao tema. A revisão visa compreender a relevância do PDDE para a educação pública no Brasil e como ele se tornou um instrumento vital para o financiamento da educação básica no país. Os resultados indicam que o PDDE desempenha um papel crucial na promoção da descentralização e autonomia da gestão escolar, contribuindo para a inclusão social e consolidação da escola como um espaço participativo. No entanto, são identificados desafios, como a necessidade de maior fiscalização para garantir a correta aplicação dos recursos e a importância de repensar a abordagem do Estado para as políticas educacionais, evitando centralizações excessivas. Destaca-se ainda, a relevância da participação ativa da comunidade escolar e uma gestão eficiente por parte dos gestores escolares para o sucesso do programa. Conclui-se que o PDDE é uma

¹Especialista no Ensino de Matemática. Universidade Cândido Mendes (UCAM). Rua da Assembleia, 10, Centro, Rio de Janeiro - RJ. E-mail: juliosantana650@gmail.com

²Especialista em Tendências e Metodologias para o Ensino de Ciências e Biologia. Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Rua Edwy Taques de Araújo, 900, Jardim Burle Marx, Londrina - PR. E-mail: rafaelletreiro2011@hotmail.com

³Doutora em Educação Física. Universidade de São Paulo (EFE/USP). Avenida Professor Melo Morais, 65, Vila Universitária, São Paulo - SP. E-mail: silvia@unir.br

importante ferramenta para promover a autonomia e democratização da gestão escolar, contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa, contudo, são necessários esforços adicionais para enfrentar os desafios identificados e fortalecer a participação da comunidade escolar.

Palavras-chave: Política pública; recursos financeiros; gestão financeira; educação; descentralização; autonomia.

ABSTRACT

This article addresses the importance of priorities and planning in the management of the school's financial resources, with the aim of maximizing their impact and benefiting the educational process. With this, its objective is to investigate the importance of the Direct Money at School Program (PDDE) as a public policy for school financial resources, analyzing its impacts on infrastructure, access to teaching materials, inclusion and equal educational opportunities, as well as on the financial management and autonomy of educational institutions. To this end, a literature review methodology was adopted, which consists of a critical and systematic analysis of academic sources, books, scientific articles and government reports relevant to the subject. The review aims to understand the relevance of the PDDE for public education in Brazil and how it has become a vital instrument for the financing of basic education in the country. The results of this detailed analysis indicate that the PDDE plays a crucial role in promoting the decentralization and autonomy of school management, contributing to social inclusion and consolidation of the school as a participatory space. However, challenges are identified, such as the need for greater oversight to ensure the correct application of resources and the importance of rethinking the State's approach to educational policies, avoiding excessive centralization. It is also important to highlight the importance of the active participation of the school community and efficient management by school managers for the success of the program. It is concluded that the PDDE is an important tool to promote the autonomy and democratization of school management, contributing to a more inclusive and equitable education, however, additional efforts are needed to face the identified challenges and strengthen the participation of the school community.

Keywords: Public policy; financial resources; financial management; education; decentralization; autonomy.

RESUMEN

Este artículo aborda la importancia de las prioridades y la planificación en la gestión de los recursos financieros de la escuela, con el objetivo de maximizar su impacto y beneficiar el proceso educativo. Con esto, el objetivo principal de este artículo es indagar en la importancia del Programa de Dinero Directo en la Escuela (PDDE) como política pública de recursos financieros escolares, analizando sus impactos en la infraestructura, el acceso a materiales didácticos, la inclusión y la igualdad de oportunidades educativas, así como en la gestión financiera y la autonomía de las instituciones educativas. Para ello, se adoptó una metodología de revisión bibliográfica, que consiste en un análisis crítico y sistemático de fuentes académicas, libros, artículos científicos e informes gubernamentales relevantes para el tema. La revisión tiene como objetivo comprender la relevancia del PDDE para la educación pública en Brasil y cómo se ha convertido en un instrumento vital para el financiamiento de la educación básica en el país. Los resultados de este análisis detallado indican que el PDDE juega un papel crucial en la promoción de la descentralización y autonomía de la gestión escolar, contribuyendo a la inclusión social y a la consolidación de la escuela como espacio participativo. Sin embargo, se identifican desafíos, como la necesidad de una mayor fiscalización para asegurar la correcta aplicación de los recursos y la importancia de

repensar el enfoque del Estado en las políticas educativas, evitando la excesiva centralización. También es importante destacar la importancia de la participación activa de la comunidad escolar y la gestión eficiente por parte de los directivos de los centros para el éxito del programa. Se concluye que el PDDE es una herramienta importante para promover la autonomía y democratización de la gestión escolar, contribuyendo a una educación más inclusiva y equitativa, sin embargo, se requieren esfuerzos adicionales para enfrentar los retos identificados y fortalecer la participación de la comunidad escolar.

Palabras clave: Política pública; recursos financieros; gestión financiera; educación; descentralización; autonomía.

1. Introdução

A gestão dos recursos financeiros é uma das responsabilidades cruciais da administração escolar. Garantir uma utilização eficiente e estratégica dos recursos disponíveis é essencial para o bom funcionamento da escola e o alcance dos objetivos educacionais. Nesse contexto, este tema abordará a importância de prioridades e planejamento na gestão dos recursos financeiros da escola, com o objetivo de maximizar seu impacto e beneficiar o processo educativo.

O financiamento da escola pública é um aspecto crucial a ser considerado no contexto das políticas públicas de educação. Ele desempenha um papel fundamental no fortalecimento da política e gestão educacional, sendo um dos componentes essenciais para a operacionalização do sistema educacional. Para garantir o financiamento adequado, existem diferentes fontes orçamentárias estabelecidas por lei, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o Salário-Educação, o Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE) e programas federais de financiamento voltados para a educação (Almeida e Keller-Franco, 2016).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um exemplo de mecanismo importante para o financiamento da educação básica no Brasil. Trata-se de um fundo que reúne recursos provenientes dos impostos estaduais e municipais, além de uma complementação financeira da União. Esse fundo tem o objetivo de garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos entre os

sistemas de ensino, buscando reduzir as desigualdades educacionais no país.

O Salário-Educação é outra fonte de financiamento relevante, uma contribuição social paga por empresas, com o objetivo de financiar programas e ações para a melhoria da qualidade da educação básica. Esses recursos são destinados principalmente às escolas públicas, com a finalidade de apoiar a valorização dos profissionais da educação e o desenvolvimento de projetos educacionais.

Além desses recursos previstos em lei, o governo federal implementa programas federais de financiamento à educação, que fornecem recursos adicionais para escolas públicas. Esses programas visam suprir necessidades específicas, como a melhoria da infraestrutura escolar, a aquisição de materiais didáticos e a capacitação de professores.

É fundamental que o financiamento da escola pública seja adequado e suficiente para garantir uma educação de qualidade. A falta de recursos financeiros pode resultar em diversas dificuldades, como a precariedade das instalações escolares, a falta de materiais didáticos e a desvalorização dos profissionais da educação. Portanto, é necessário que as políticas públicas estejam alinhadas com uma distribuição equitativa e eficiente dos recursos, visando proporcionar condições adequadas de ensino e aprendizagem nas escolas públicas do país.

A gestão eficiente dos recursos públicos é um dos principais desafios enfrentados pelos gestores escolares. Eles têm a responsabilidade de aplicar esses recursos de maneira responsável, priorizando resultados positivos, transparência e buscando inovações nas práticas escolares que estejam diretamente relacionadas a melhorias no aprendizado dos alunos. Atualmente, há uma crescente necessidade de analisar a aplicação dos recursos públicos, a fim de identificar onde os melhores resultados são obtidos e como esses recursos podem ser utilizados da melhor forma possível (Haas e Bruch, 2017).

Sendo assim, acredita-se que avaliar a relação entre os gastos em educação e o desempenho dos estudantes seja uma maneira de verificar se a aplicação dos recursos públicos está sendo eficaz, eficiente e efetiva. Essa análise possibilita identificar se os investimentos estão sendo direcionados para

as áreas que trazem maiores benefícios educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino. A transparência na gestão dos recursos também desempenha um papel fundamental, permitindo que a sociedade acompanhe como o dinheiro público está sendo utilizado e cobre por uma aplicação responsável e voltada para o interesse coletivo.

É necessário que os gestores escolares estejam atentos aos melhores estudos e práticas relacionados à aplicação eficiente dos recursos públicos na educação. Isso inclui a busca por iniciativas inovadoras, como programas de formação de professores, aquisição de materiais didáticos atualizados e investimentos em infraestrutura adequada. Além disso, é essencial promover uma cultura de avaliação contínua, utilizando indicadores de desempenho e resultados para direcionar os investimentos e corrigir eventuais desvios, visando sempre aprimorar o aproveitamento dos recursos públicos destinados à educação.

A escolha de estudar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é fundamentada em sua relevância como mecanismo crucial para o financiamento da educação básica no Brasil. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) representa uma abordagem inovadora ao reunir recursos provenientes de diferentes fontes, incluindo impostos estaduais e municipais, além de uma complementação financeira da União. Sua ênfase na distribuição equitativa dos recursos entre os sistemas de ensino demonstra um compromisso efetivo em reduzir as desigualdades educacionais, essenciais para garantir oportunidades iguais de aprendizado a todos os alunos, independentemente de sua localização geográfica ou contexto socioeconômico.

Além disso, a análise do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) proporciona perspectivas valiosas sobre como os recursos públicos são aplicados nas escolas, possibilitando uma compreensão mais profunda dos impactos das políticas de financiamento na qualidade da educação. Ao examinar os resultados e desafios enfrentados pela implementação deste programa, é possível identificar áreas de melhoria e aprimoramento na gestão dos recursos financeiros, contribuindo assim para a construção de políticas públicas mais eficazes e direcionadas às necessidades reais das escolas e dos alunos.

Em suma, a aplicação eficiente dos recursos públicos na educação é um

desafio que requer responsabilidade, transparência e busca por inovação. A avaliação da relação entre os gastos e o desempenho dos alunos é uma estratégia importante para garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz, eficiente e efetiva, visando sempre à melhoria da qualidade da educação.

Vale destacar que este artigo teve sua fundamentação baseada em autores de relevância que contribuíram de forma significativa para sua construção, como podem ser citados, (Silva, 2015), explorando em seu estudo o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como um mecanismo de descentralização financeira que promove a participação e autonomia na gestão escolar. Outro autor que pôde contribuir para este artigo foi (Santos, 2018) discutindo em seu estudo sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), destacando suas particularidades e modalidades de implementação. Ele visa compreender as políticas de financiamento educacional por meio de sua análise específica.

Ainda destacando os autores, (Batista, 2019), em seu estudo, examina a gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) em uma escola pública da Bahia, entre 2017 e 2018, com foco no impacto da prestação de contas. Ele busca compreender como essa prestação de contas influencia a administração financeira do programa na escola. Pode-se citar também, (Torres, 2019) que procurou avaliar a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) na área rural de Cavalcante-GO de 2013 a 2016, visando compreender sua execução como política pública. A análise se concentra na efetividade do programa nesse contexto específico, identificando desafios e impactos. Além desses autores, destaca-se ainda (Araújo e Guerra, 2023), buscando em seu estudo examinar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como uma política de descentralização educacional implementada pelo Governo Federal brasileiro.

Sendo assim, este artigo teve como objetivo investigar a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) compreendendo-o como política pública de recursos financeiros escolares, com vistas em seus impactos na melhoria da infraestrutura escolar, no acesso a materiais didáticos e pedagógicos, na promoção da inclusão e igualdade de oportunidades

educacionais, bem como na gestão financeira e autonomia das instituições de ensino.

2. Referencial Teórico

A gestão dos recursos financeiros em uma escola é essencial para garantir o bom funcionamento das atividades educacionais e o atendimento adequado às necessidades dos alunos e profissionais. O planejamento e a definição de prioridades são elementos-chave nesse processo, pois permitem uma alocação eficiente dos recursos disponíveis, maximizando os benefícios para a comunidade escolar.

Ao estabelecer prioridades, é fundamental considerar as demandas mais urgentes e relevantes da escola, como investimentos em infraestrutura, atualização de equipamentos, capacitação dos professores e aquisição de materiais pedagógicos. Além disso, o planejamento financeiro deve contemplar a garantia de salários e benefícios adequados aos profissionais, bem como o custeio de despesas operacionais e a manutenção de programas extra curriculares. Ao adotar uma abordagem estratégica na gestão dos recursos financeiros, a escola pode promover um ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento dos estudantes, proporcionando-lhes uma formação de qualidade.

A gestão democrática na instituição escolar ganhou relevância a partir dos anos 1980, quando houve um movimento de luta pela redemocratização e descentralização do poder, buscando novos modelos de gestão educacional. A Constituição de 1988 trouxe inovações e novos compromissos sociais para o poder público, incluindo a educação, com a implementação do processo de descentralização. Nesse contexto, a responsabilidade por decisões importantes foi transferida para as escolas, que passaram a ter o papel de conduzir, em conjunto com o governo e outros setores da sociedade, os rumos da educação. Como resultado, foram estabelecidos repasses de recursos financeiros para a administração direta das escolas (Haas e Bruck, 2017).

As experiências de descentralização bem-sucedidas são caracterizadas não apenas pela transferência de poder administrativo do governo central para

governos e comunidades locais, mas também pela maior autonomia e flexibilidade na gestão escolar. Isso pode resultar em mudanças nos incentivos dentro da escola e no aprimoramento do desempenho educacional. No entanto, é importante considerar que a descentralização pode ter efeitos negativos na qualidade da educação quando o governo ou gestor local não possui a capacitação técnica ou os recursos adequados. Nesses casos, a presença de uma gestão escolar capacitada torna-se fundamental para enfrentar esses desafios e promover uma administração eficiente e eficaz dos recursos educacionais (Haas e Bruch, 2017).

Segundo Paulo Nunes, sobre gestão financeira no setor empresarial:

A gestão financeira é uma das tradicionais áreas funcionais da gestão encontradas em qualquer organização e à qual cabem as análises, decisões e atuações relacionadas com os meios financeiros necessários à atividade da organização. Desta forma, a função financeira integra todas as tarefas ligadas à obtenção, utilização e controle de recursos financeiro. (Nunes, 2011).

A aplicação eficiente dos recursos públicos é um desafio crucial para os gestores escolares. Eles têm a responsabilidade de utilizar esses recursos de forma responsável, com ênfase em resultados positivos e transparência, ao mesmo tempo em que buscam inovações nas práticas educacionais que estejam associadas a um melhor desempenho dos alunos. Cada vez mais, é necessário realizar estudos para avaliar a aplicação dos recursos públicos, a fim de identificar onde estão sendo obtidos os melhores resultados e a melhor utilização desses recursos. Acredita-se que avaliar a relação entre os gastos em educação e o desempenho dos estudantes é uma maneira de verificar se a aplicação dos recursos públicos está sendo eficaz, eficiente e efetiva. Essa avaliação desempenha um papel fundamental na busca por uma gestão educacional mais eficaz e na melhoria da qualidade da educação oferecida.

A legislação brasileira reforça a importância de uma escola autônoma, valorizando o papel dos profissionais da educação e da comunidade escolar na participação ativa em Conselhos Escolares ou instâncias equivalentes. Essa abordagem busca estimular a autonomia da escola, reconhecendo que a gestão participativa e democrática é essencial para o desenvolvimento de uma

educação de qualidade. Através desses mecanismos, os diversos atores envolvidos na comunidade escolar têm a oportunidade de contribuir ativamente nas decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, promovendo a coletividade, a transparência e o engajamento na busca por um ensino cada vez mais eficiente e alinhado às necessidades da comunidade.

Com o objetivo de garantir maior autonomia e melhor desempenho dos gestores escolares, foram implementadas duas fontes de recursos importantes: o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), repassado pelo Governo Federal, e o PTRF (Programa de Transferência de Recursos Financeiros), fornecido pelo Município, voltado para as escolas municipais de Ensino Básico. Esses programas são baseados nos dados do Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Anísio Teixeira (INEP/MEC), utilizando cálculos do ano anterior ao período de atendimento. Essas iniciativas visam fortalecer a autonomia das escolas, permitindo que elas tenham acesso a recursos diretos para investir em suas necessidades específicas, promovendo assim uma gestão mais eficiente e direcionada às demandas locais (Almeida e Keller-Franco, 2016).

O PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) é uma iniciativa que visa fornecer recursos anuais para atender despesas de manutenção, custeio e pequenos investimentos nas escolas. Esses recursos são utilizados de acordo com as necessidades específicas de cada instituição, abrangendo diversas áreas, tais como: a) aquisição de materiais permanentes; b) manutenção, conservação e pequenos reparos nas instalações escolares; c) compra de materiais de consumo essenciais para o funcionamento da escola; d) avaliação do processo de aprendizagem; e) execução de projetos pedagógicos; f) enriquecimento das atividades educacionais; g) utilização das instalações escolares nos finais de semana; h) implementação do Projeto de Melhoria da Escola. Esses recursos têm como objetivo auxiliar no desenvolvimento e aprimoramento da infraestrutura e das práticas educacionais, proporcionando um ambiente propício para o aprendizado dos alunos (Vieira, 2009).

É essencial abordar o uso adequado desses recursos, e a gestão escolar, em conjunto com outros segmentos do processo educacional, deve estar consciente de que a administração correta dos gastos deve ser motivada não

apenas pelo receio das diligências realizadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), órgão responsável pela fiscalização dos recursos públicos, mas também pelo estímulo e cuidado com as ações que impactam diretamente a vida de milhares de pessoas. Esses repasses financeiros têm uma relevância significativa para as escolas, representando um suporte importante para o orçamento escolar, especialmente a partir de 1997, quando as instituições educacionais obtiveram maior autonomia em relação aos gastos. A correta administração desses recursos é fundamental para garantir o bom funcionamento das escolas e o atendimento adequado às necessidades da comunidade escolar (Adrião e Peroni, 2007).

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa de grande relevância, implementado pelo Governo Federal e supervisionado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu principal objetivo é oferecer apoio financeiro às escolas públicas da educação básica, tanto nas redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, quanto às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Esse programa desempenha um papel fundamental ao fornecer recursos que auxiliam na melhoria da infraestrutura e no desenvolvimento de atividades educacionais nessas instituições de ensino, contribuindo para elevar a qualidade da educação em todo o país.

De acordo com Peroni e Adrião (2006):

O recebimento do PDDE pelas escolas apresenta dois aspectos favoráveis, sendo o primeiro que o dinheiro é repassado diretamente à escola, o que dá aos gestores liberdade para priorizar e definir seu plano de aplicação destes recursos. O segundo aspecto é concerne à melhoria das condições de manutenção, dos equipamentos e de funcionamento das escolas.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é um programa que envolve a transferência anual de recursos financeiros por meio do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), com o objetivo de apoiar as escolas. Esses recursos são disponibilizados diretamente às instituições de ensino em uma única parcela, visando contribuir para a melhoria e manutenção

da infraestrutura pedagógica e física. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem o propósito de auxiliar na promoção de um ambiente escolar adequado, que proporcione melhores condições de aprendizagem aos estudantes, por meio do investimento nas necessidades específicas de cada escola. Essa iniciativa busca fortalecer a qualidade da educação ao garantir recursos para aprimorar as instalações e o ambiente educacional. Conforme o art. 70 da Resolução 03/97:

Os recursos serão liberados diretamente às unidades executoras. De acordo com o manual de orientação a Unidade Executora tem como função administrar recursos transferidos por órgãos federais, estaduais, municipais, advindos da comunidade, de 7 entidades privadas e provenientes da promoção de campanhas escolares, bem como fomentar atividades pedagógicas da escola. (Brasil, 1997b, p. 11).

A prática de repassar recursos diretamente para a administração das escolas tem sido gradualmente implantada. É importante destacar que a maior parte dos gastos em educação está relacionada ao pagamento de pessoal, que é realizado pelas entidades mantenedoras. Além disso, existem várias despesas que são assumidas diretamente por essas entidades, como a construção de escolas, a manutenção dos órgãos centrais de administração ou os serviços de transporte escolar. Em resumo, quando as escolas recebem repasses de recursos públicos, geralmente isso representa uma parcela relativamente pequena dos custos totais da rede escolar. (Cesário, Tepedino e Neves, 2019).

As políticas educacionais orientam as ações dos gestores escolares, visando alcançar determinados objetivos que são colocados em prática. O exercício político desempenha um papel fundamental para que a escola possa atingir esses objetivos, especialmente quando está inserido em processos democráticos. Isso significa que a participação ativa dos diversos atores envolvidos no ambiente escolar, como professores, funcionários, alunos e pais, é essencial para tomar decisões coletivas, promover a transparência e garantir que as políticas educacionais sejam implementadas de forma efetiva. Ao articular a dimensão política com processos democráticos, a escola pode alcançar seus propósitos educacionais de maneira mais abrangente e alinhada às necessidades da comunidade escolar (Gomes, 2014).

Conforme Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 39-40)

[...] as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares são portadoras de intencionalidades, ideias, valores, atitudes e práticas que vão influenciar as escolas e seus profissionais na configuração das práticas formativas dos alunos, determinando um tipo de sujeito a ser educado. [...] os profissionais das escolas podem aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar, ou então dialogar com elas e formular, colaborativamente, práticas formativas e inovadoras em vista de outro tipo de sujeito a ser educado, com base em uma visão sociocrítica de sociedade [...].

Sendo assim, vale destacar que as políticas educacionais e as diretrizes organizacionais e curriculares carregam consigo intenções, ideias, valores, atitudes e práticas que irão influenciar as escolas e seus profissionais na configuração das práticas de formação dos alunos, determinando um certo tipo de indivíduo a ser educado.

No entanto, os profissionais das escolas têm a capacidade de aderir ou resistir a tais políticas e diretrizes do sistema escolar, ou então dialogar com elas e colaborativamente formular práticas formativas e inovadoras visando a educação de um outro tipo de sujeito, baseado em uma visão sociocrítica da sociedade. Isso implica que os profissionais da educação têm um papel ativo na interpretação, reflexão e recontextualização das políticas educacionais, buscando formas alternativas de práticas formativas que estejam alinhadas com uma visão crítica da sociedade e com o desenvolvimento integral dos estudantes.

3. Metodologia

Utilizou-se uma revisão bibliográfica para investigar relevância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a educação pública, assim como, analisar como ele se tornou um instrumento fundamental para o financiamento da educação básica no Brasil. A revisão bibliográfica consiste em uma análise sistemática e crítica de fontes acadêmicas, livros, artigos científicos e relatórios governamentais relevantes para o tema em questão.

Assim afirma Dias (2016), que ela também conhecida como revisão de literatura, e consiste em um processo de busca e análise crítica do

conhecimento disponível na literatura sobre um tema específico. Nessa abordagem, busca-se identificar e examinar de forma sistemática as informações, teorias, pesquisas e perspectivas discutidas pelos especialistas e pesquisadores na área.

Para que fosse possível atingir os objetivos aqui propostos e responder ao questionamento deste projeto, foram realizadas pesquisas nas seguintes fontes: Google Acadêmico, *Scielo* e Periódicos Capes, afim de fazer um levantamento de livros, artigos científicos e relatórios governamentais relacionados ao PDDE. O período de abrangência escolhido nesta pesquisa foram os últimos 10 anos. A revisão bibliográfica permitiu obter uma compreensão aprofundada sobre os impactos positivos decorrentes desta política pública a nível nacional, assim como, os obstáculos ainda presentes.

Foram utilizadas palavras-chave relacionadas à gestão de recursos financeiros na escola, como "PDDE", "recursos financeiros na educação", "planejamento financeiro escolar", entre outras. Em seguida, foi feita uma triagem dos materiais encontrados, selecionando aqueles que apresentaram maior relevância e contribuição para o estudo em questão. Foram considerados critérios como a qualidade da fonte, a atualidade das informações e a consistência com os objetivos da pesquisa.

4. Resultados e Discussões

Os resultados provenientes da análise dos estudos cujo tema faz relação com a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política pública de recursos financeiros escolares revelam uma intersecção complexa entre investimento governamental, gestão escolar e qualidade da educação.

Ao longo deste estudo, procurou-se investigar o impacto do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) no contexto escolar, na disponibilidade de materiais didáticos e pedagógicos, na equidade educacional e na autonomia administrativa das instituições de ensino.

Abaixo no quadro 1, seguem os estudos selecionados.

Quadro 1: Catalogação dos estudos analisados conforme título, autor, ano, objetivo e seus principais resultados

Título/Autor/Ano	Objetivo	Principais Resultados
<p>Título: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como mecanismo de descentralização financeira, participação e autonomia na gestão escola.</p> <p>Autor: Givanildo da Silva, 2015.</p>	<p>Compreender o PDDE como mecanismo da descentralização financeira proporcionando melhoria na gestão democrática por meio do colegiado escolar e o gerenciamento dos seus recursos em face da autonomia de uma instituição educativa.</p>	<p>A análise revela que a descentralização financeira e o investimento na educação são fatores positivos, pois contribuem para a inclusão de estudantes de diversas classes sociais e consolidam a escola como um espaço inclusivo e participativo. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) desempenha um papel crucial na organização pedagógica, administrativa e financeira das escolas públicas, permitindo que a comunidade escolar decida sobre as prioridades de acordo com as normas estabelecidas. No entanto, a descentralização proposta pelo programa reflete uma abordagem gerencialista e neoliberal, onde a responsabilidade pela oferta de educação de qualidade é compartilhada com a comunidade.</p>
<p>Título: PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola): Uma reflexão sobre as políticas de financiamento da educação.</p> <p>Autora: Damares Aparecida dos Santos, 2018.</p>	<p>Identificar as especificidades do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e suas formas de execução.</p>	<p>Os resultados da pesquisa destacam o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como uma iniciativa que visa aumentar a autonomia das escolas na gestão dos recursos destinados à sua infraestrutura física e pedagógica. Em relação às formas de participação no programa, observou-se que as normativas devem ser seguidas, com a Associação de Pais e Mestres e Funcionários, apoiada pelo Conselho Escolar, sendo responsáveis pela sua implementação. O papel do gestor escolar também foi enfatizado, especialmente na organização e administração dos registros necessários em todas as etapas do processo de transferência de recursos. As conclusões ressaltam a importância central do PDDE em incentivar a participação da comunidade escolar na utilização dos recursos, por meio de seus órgãos representativos.</p>
<p>Título: Aspectos da gestão dos recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE): um estudo de caso em uma escola pública do interior da Bahia (2017-2018).</p> <p>Autora: Ivanilde Messias de Souza Batista, 2019.</p>	<p>Analisar o impacto da prestação de contas na gestão dos recursos financeiros do PDDE em uma escola pública do interior baiano entre 2017 e 2018.</p>	<p>Na unidade escolar investigada, os mesmos erros identificados em 2017, como falhas na atuação dos membros e associados, irregularidades na periodicidade das reuniões e inadequação de alguns documentos de prestação de contas, persistiram em 2018. Essas falhas prejudicaram a gestão participativa e o controle social sobre os recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Como resultado, a prestação de contas não atendeu aos princípios da gestão democrática, impactando negativamente algumas iniciativas relacionadas à gestão coletiva dos recursos do programa.</p>

<p>Título: Avaliação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e sua execução na área rural do município de Cavalcante-GO no período de 2013-2016.</p> <p>Autora: Josinete Francisco de Torres, 2019.</p>	<p>Analisar a execução do programa de política pública PDDE na Área Rural do Município de Cavalcante-GO entre os anos de 2013 e 2016.</p>	<p>Os resultados indicaram que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é uma iniciativa de política educacional destinada a fortalecer a autonomia e democratização da gestão escolar, por meio da descentralização das políticas públicas. A autonomia concedida às escolas na utilização desses recursos implica na importância do acompanhamento e participação da comunidade escolar nas decisões relacionadas à sua aplicação.</p>
<p>Título: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como Política Educacional de Descentralização adotada pelo Governo Federal Brasileiro.</p> <p>Autoras: Kathy Souza Xavier de Araújo; Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra, 2023.</p>	<p>Analisar o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política educacional e a sua relação com a descentralização.</p>	<p>Os resultados evidenciaram que nas escolas foram adotadas práticas de descentralização e autonomia na gestão. No entanto, observou-se que o Estado, por meio das reformas implementadas, frequentemente transfere suas responsabilidades para outras instâncias, ao mesmo tempo que busca centralizar as diretrizes por meio de mecanismos de avaliação e controle.</p>

Fonte: Quadro de autoria própria, tendo como base artigos selecionados na literatura.

Após realizar uma análise minuciosa dos estudos acima, tendo estes uma relação sobre a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política pública de recursos financeiros escolares, percebeu-se uma convergência complexa entre o investimento estatal, a gestão escolar e a qualidade da educação.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) é reconhecido como uma medida que busca promover a autonomia e a democratização da gestão escolar, permitindo que as instituições educativas gerenciem diretamente os recursos destinados à sua infraestrutura e pedagogia. Essa descentralização financeira é considerada positiva, pois proporciona inclusão social e consolidação da escola como um espaço participativo. No entanto, há ressalvas quanto à abordagem gerencialista e neoliberal do programa, que compartilha a responsabilidade pela qualidade da educação com a comunidade.

A participação ativa da comunidade escolar, por meio de órgãos representativos como a associação de pais e mestres, funcionários e o conselho escolar, torna-se fundamental para o sucesso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A correta execução das normativas do programa, incluindo a prestação de contas e a gestão dos recursos, é crucial para garantir sua efetividade. Entretanto, constatou-se em alguns estudos que a falta de adequada

prestação de contas comprometeu a gestão participativa e o controle social sobre os recursos do programa, prejudicando a democracia na gestão escolar.

Além disso, os estudos destacam a importância do papel do gestor escolar na organização e administração dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), enfatizando a necessidade de registros precisos em todas as etapas do processo. A atuação eficaz do gestor pode contribuir significativamente para o bom funcionamento do programa e para a promoção de uma gestão democrática e transparente.

Entretanto, é evidente que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) desempenha um papel relevante na descentralização e autonomia da gestão escolar. No entanto, há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de maior acompanhamento e fiscalização por parte das autoridades competentes para garantir a correta aplicação dos recursos. Além disso, é importante repensar a abordagem do estado em relação às políticas educacionais, garantindo que as responsabilidades sejam distribuídas de maneira justa e que a centralização não comprometa a autonomia e a participação da comunidade escolar.

Diante desses desafios, é fundamental que sejam adotadas medidas para fortalecer a participação da comunidade escolar na gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), promovendo uma cultura de transparência, responsabilidade e prestação de contas. Somente assim será possível alcançar os objetivos de democratização e melhoria da qualidade da educação por meio deste importante programa governamental.

5. Considerações Finais

Em síntese, os estudos analisados evidenciam a importância do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como uma política pública que visa promover a descentralização e autonomia na gestão escolar. Através dele, as escolas têm a oportunidade de gerir diretamente os recursos destinados à sua infraestrutura e pedagogia, contribuindo para uma gestão mais participativa e democrática.

No entanto, os resultados também destacam desafios significativos, como

a necessidade de maior acompanhamento e fiscalização para garantir a correta aplicação dos recursos e a importância de repensar a abordagem do Estado em relação às políticas educacionais.

Assim, torna-se fundamental reconhecer o papel essencial da comunidade escolar, incluindo pais, professores, funcionários e gestores, na eficácia do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A participação ativa desses atores é imprescindível à garantia da transparência, responsabilidade e prestação de contas na gestão dos recursos do programa.

Nesse sentido, a promoção de uma cultura de diálogo e cooperação entre todos os envolvidos é essencial para o sucesso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e para a melhoria da qualidade da educação. Além disso, o Estado deve atuar de forma a garantir a equidade e a justiça na distribuição dos recursos, evitando a centralização excessiva que possa comprometer a autonomia e a participação da comunidade escolar. É necessário que as políticas educacionais sejam elaboradas e implementadas considerando as necessidades específicas de cada contexto escolar, garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade.

Contudo, pode-se concluir que o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) representa uma importante ferramenta para promover a autonomia e a democratização da gestão escolar, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e equitativa. No entanto, para que o programa alcance seu pleno potencial, é necessário enfrentar os desafios identificados e fortalecer a participação e o engajamento da comunidade escolar, garantindo que todos os recursos sejam utilizados de forma eficaz e responsável em prol do desenvolvimento educacional de crianças e jovens em todo o país.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão de escola pública. **Educ. Soc.**, v.28, n. 98, abr. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000100013&lng=pt&nrm=iso>. acesso em mai/jun 2023. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000100013>

ALMEIDA, S. C.; KELLER-FRANCO, E. Administração dos Recursos Financeiros no Contexto da Gestão Democrática. **Revista de Administração**

Educacional, Recife, v.1. Nº 2. jul/dez 2016, p. 17-35.

ARAUJO, K.S.X. de; G. M.das G.G.V. O programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como Política Educacional de Descentralização adotada pelo Governo Federal Brasileiro. **Espacio Abierto** Volumen 32 Nº 4 (octubre-diciembre) 2023, pp.229-241

BATISTA, I.M.de S. Aspectos da gestão dos recursos do programa dinheiro direto na escola (PDDE): um estudo de caso em uma escola pública do interior da Bahia (2017- 2018). Biblioteca Eletrônica de Periódicos Científicos, em tradução livre. **Revista Valore**, Volta Redonda, 4 (Edição Especial): 103-119, 2019

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura. LDB – Lei nº 9393/96, de 20 de dezembro de 1997**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1997

CESÁRIO, E. A. C.; TEPEDINO, R. A.; NEVES, P. F. **Gestão dos Recursos Escolares: pequenos detalhes, grandes desafios**. 2019

DIAS, A. C. E. **Guia: Como elaborar uma revisão bibliográfica**. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. 2016. Disponível em: <http://urlib.net/8JMKD3MGP3W34P/3MB5C7H> acesso em 03 de jun de 2023

GOMES, A. C. C. **Gestão Administrativa e Financeira na Escola Pública: Um estudo em Escolas Municipais de Rondônia no Período 2005-2013**. Pós-Doutorado. Universidade Federal do Paraná-UFPR. Curitiba, 2014.

HAAS, M. M. Gestão de Recursos Financeiros na Escola Pública e Desempenho Escolar. La Salle Estrela – **Revista Digital**, v.1. n.7. p. 42-64 – ago-dez 2017.

LIBÂNEO, J. C. **Organização gestão da escola**. 5. ed, Goiânia: Alternativa, 2004

NUNES, P. **Gestão financeira**. Disponível em: <http://knoow.net/clenceconempr/gestao/gestao-financeira/>. 2011. Acesso em jun. 2023

OLIVEIRA, E. **Gestão de recursos materiais em escolas públicas**. Disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/gestao-de-recursos-materiais-em-escolas-publicas/> Acesso em jun. 2023.

SANTOS, D.A. dos. **PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola): uma reflexão sobre as políticas de financiamento da educação**. 2018.

SILVA, G. da. **O programa dinheiro direto na escola (PDDE) como mecanismo da descentraização financeira, participação e autonomia na gestão escolar**/Givanildo da Silva. – Maceió, 2015.

TORRES, J.F. de. **Avaliação do programa dinheiro direto na escola (PDDE) e sua execução na área rural do município de Cavalcante-go no período 2013-2016.** Universidade de Brasília. Universidade Aberta do Brasil (UAB). 2019.

VIEIRA, S. L. **Financiamento da Educação.** In. VIEIRA, Sofia Lerche. Educação Básica: política e gestão da escola. Brasília: Liber Livro; 2009.